

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 29 de setembro de 2002, das 9: 00 às 13: 00 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8: 00 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.

Prova Objetiva - II EXAME DE ORDEM / 2002 25.08.2002

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

“Um determinado advogado com inscrição originária no estado da Bahia e sem inscrição suplementar é punido a 180 (cento e oitenta) dias de suspensão pelo Tribunal de Ética da Seccional do DF, cuja decisão transitou em julgado. Após o cumprimento da pena, o advogado ingressa com uma revisão do processo disciplinar na Seccional da Bahia, alegando que a decisão baseou-se em falsa prova”.

As perguntas seguintes estão relacionadas ao problema acima.

01. Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a:

- () a) A revisão disciplinar é pertinente em face do trânsito em julgado da decisão revista.
- () b) Esta revisão disciplinar não será conhecida porque a Seccional da OAB competente é a do Distrito Federal.
- () c) Esta revisão disciplinar será conhecida porque a Seccional competente é a da Bahia.
- () d) As alternativas “a” e “b” estão certas.

02. Analise as expressões abaixo e assinale a alternativa certa.

- I) Se o advogado tivesse sido absolvido com o trânsito em julgado da decisão, a revisão disciplinar seria conhecida.
- II) O único pressuposto para o conhecimento pela revisão pela Seccional da OAB-BA. é a condenação.
- III) Somente cabe revisão disciplinar em decisão condenatória, reunidos os demais pressupostos de admissibilidade, proferida pelo TED competente.
- IV) A competência para conhecer da revisão disciplinar, quanto ao grau, é sempre do órgão inferior prolator da decisão revista.

- () a) Todas as expressões estão certas.
- () b) Todas as expressões estão erradas.
- () c) Somente a expressão III está certa.
- () d) As expressões III e IV estão certas.

03. Assinale a alternativa certa.

- () a) A falsa prova, por ser um dos pressupostos de admissibilidade, permitiria que a revisão disciplinar fosse conhecida quanto ao objeto.

- b) A revisão não seria conhecida porque o único pressuposto de admissibilidade é o erro de julgamento.
- c) A revisão somente seria conhecida caso os dois pressupostos - erro de julgamento e falsa prova - estivessem reunidos.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

04. Assinale a alternativa certa.

- a) Após 20 (vinte) anos do trânsito em julgado da condenação, o direito à revisão disciplinar prescreve.
- b) Após 20 (vinte) anos da infração é que há prescrição do direito à revisão disciplinar.
- c) Após 20 (vinte) anos da condenação é que o direito à revisão disciplinar prescreve.
- d) O direito à revisão disciplinar é imprescritível.

As indagações seguintes não dizem respeito ao problema acima.

05. Analise os comandos abaixo e assinale a alternativa incorreta.

- I) O estagiário inscrito na OAB pode retirar autos em cartório, assinando isoladamente a carga.
- II) O estagiário inscrito na OAB pode assinar, isoladamente, petições de juntada de documentos a processos judiciais.
- III) O estagiário inscrito na OAB pode, isoladamente, obter, junto aos escrivães, certidões de autos findos.
- IV) O estagiário inscrito na OAB não pode, isoladamente, assinar contestações.

- a) Os comandos I e II estão certos.
- b) Os comandos II e III estão certos.
- c) Todos os comandos estão certos.
- d) O comando II está errado.

06. Assinale a alternativa certa.

- a) É competência do Conselho Federal eleger as listas constitucionalmente previstas para preenchimento dos cargos no TJDF.
- b) É vedada a inclusão na lista para preenchimento de cargo nos Tribunais Judiciários de ex-membro do Conselho respectivo.
- c) É competência do Conselho Federal eleger as listas constitucionalmente previstas para preenchimento dos cargos no TST.
- d) Todas as alternativas estão certas.

07. Analise o problema abaixo e assinale a alternativa errada.

“Determinado advogado que sofreu uma sanção disciplinar, por ter incorrido na infração prevista no inciso XXVIII do art. 34 do Estatuto (‘...praticar crime infamante’), após o cumprimento da pena, requer sua reabilitação, juntando ao pedido, somente, provas efetivas do bom comportamento”.

- a) O cumprimento da pena é um dos pressupostos para o pedido de reabilitação ser conhecido.
- b) O pedido de reabilitação do problema acima será conhecido.
- c) O pedido de reabilitação do problema acima não será conhecido.
- d) Somente a alternativa “b” está errada.

08. Assinale a alternativa certa.

- a) O advogado deve subordinar seu Ministério Privado à elevada Função Pública que exerce.
- b) Em qualquer hipótese, o Ministério Privado deverá prevalecer.
- c) Não há previsão para subordinação do Ministério Privado à elevada função pública da advocacia.
- d) N.D.A.

09. Assinale a alternativa errada.

- a) Gerente de banco privado pode exercer a advocacia.
- b) A atividade policial é incompatível com a advocacia.
- c) A docência é causa de exclusão de impedimentos.
- d) Os militares são incompatíveis com a atividade advocatícia.

10. Assinale a alternativa certa.

- a) O sigilo profissional jamais poderá ser revelado.
- b) O advogado pode recusar-se a depor como testemunha em processo em que funcionou.
- c) A revelação de sigilo profissional sem a autorização do cliente pode ser utilizada nos limites da necessidade da defesa.
- d) N.D.A.

PROCESSO CIVIL/DIREITO CIVIL

11. Assinale a opção correta:

- a) A lei começa a vigorar a partir da data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) Ao ingressar no mundo jurídico, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) Consideram-se adquiridos os direitos que somente seu titular possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

12. Destaque a afirmação correta:

- a) Considera-se bem imóvel tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento, ou comodidade.
- b) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes, compreende-se o benefício de restituição.
- c) O preso tem domicílio no lugar onde mora a sua família; mas à falta dela, no local onde cumpre a sentença.
- d) São relativamente incapazes a certos atos da vida, ou à maneira de os exercer: os ausentes, assim declarados por ato do juiz.

13. Encontra-se errada a letra:

- a) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- b) Anulado o ato, restituir-se-ão as partes ao estado, em que antes dele se achavam, e não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
- c) A lei exige que a renúncia da prescrição seja sempre expressa, e só valerá, sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- d) A prescrição pode ser alegada, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita, sendo que, na execução de sentença, somente pode ser argüida quando superveniente à sentença.

14. Marque a opção certa:

- a) Adquirirá o domínio da coisa móvel o que a possuir como sua, sem interrupção, nem oposição, durante 2 (dois) anos.
- b) O domínio das coisas não se transfere pelos contratos antes da tradição. Mas esta se subentende, quando a transmitente continua a possuir pelo constituto possessório.
- c) Na propriedade em comum, com propriedade, ou condomínio, cada condomínio ou consorte pode: 1) usar livremente da coisa conforme seu destino, e sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão; 2) reivindicá-la de terceiro; 3) alhear a respectiva parte indivisa, ou gravá-la, desde que haja o consentimento da maioria.
- d) O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor, mas ao sucessor singular é obrigatório unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.

15. Escolha a opção correta:

- a) Resolvido o domínio pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência, e o proprietário, em cujo favor se opera a resolução, pode reivindicar a coisa do poder de quem a detenha.
- b) Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a transcrição.
- c) A servidão pode ser presumida, aparente ou mesmo ostensiva.
- d) Pertence ao pescador o peixe, que pescar, e o que arpoado, ou farpado, perseguir, salvo se outrem o colha.

16. Assinale a alternativa errada:

- a) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre os pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
- b) Os filhos menores são postos em curatela: 1) falecendo os pais, ou sendo julgado ausentes; e 2) decaindo os pais do pátrio poder.
- c) Os imóveis pertencentes aos menores sob o regime de tutela somente podem ser vendidos: 1) quando houver manifesta vantagem; 2) sempre em hasta pública.
- d) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

17. Sobre a proteção e defesa do consumidor, destaque a opção correta:

- a) Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, situação mediante a qual a lei autoriza o consumidor a exigir, a seu nuto, uma das seguintes alternativas: 1) abatimento proporcional do preço; 2) complementação do peso ou medida; 3) a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; e 4) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- b) Com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, os profissionais liberais sujeitam-se à obrigação de reparar o dano causado, independentemente da existência de culpa, haja vista que, se lesarem o direito do consumidor, respondem como os demais prestadores de serviço.
- c) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de cinco dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- d) As sociedades coligadas só responderão pelas obrigações decorrentes de suas relações de consumo em caso de dolo.

18. Destaque a proposta que se apresenta com erro:

- a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento, razão por que responde pelos prejuízos a que a sua mora der causa, salvo se for de ordem moral.
- b) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro. Mas, se depois de concluído o contrato, sobreviver a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio, capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a parte, a quem incumbe fazer prestação em primeiro lugar, recusar-se a esta, até que a outra satisfação a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

c) A cláusula penal, estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.

d) Salvo estipulação em contrário, as arras em dinheiro consideram-se princípio de pagamento. Fora esse caso, devem ser restituídas, quando o contrato for concluído ou ficar desfeito.

19. Assinale a opção incorreta:

a) Se forem maiores e capazes, os herdeiros poderão fazer partilha amigável, por instrumento público ou particular, termo nos autos do inventário, homologado pelo juiz.

b) Será sempre judicial a partilha se os herdeiros divergirem, assim como se algum deles for menor, ou incapaz.

c) Não poderá dispor de seus bens em testamento cerrado quem não saiba, ou não possa ler.

d) São requisitos essenciais do testamento particular que: 1) seja escrito e assinado pelo testador; 2) nele intervenham três testemunhas, além do testador; 3) seja lido perante as testemunhas, e, depois de lido, por elas assinado.

20. Marque a resposta incorreta:

a) A responsabilidade civil independe da criminal, mas se tolda o questionamento sobre a existência do fato, ou quem seja o seu autor, se essas questões se acharem decididas no crime.

b) Aquele que habitar uma casa, ou parte dela, responde pelo dano proveniente das coisas, que dela caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

c) No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário as seguintes modalidades de garantia: 1) caução; 2) fiança; 3) seguro de fiança locatícia. A escolha da modalidade, contudo, cabe ao locatário.

d) Por força da lei, no Registro de Imóveis, há apenas os seguintes livros: 1) Livro nº 1 - Protocolo; 2) Livro nº 2 - Registro Geral; 3) Livro nº 3 - Registro Auxiliar; 4) Livro nº 4 - Indicador Real; e 5) Livro nº 5 - Indicador Pessoal.

21. Marque a falsa:

a) Quando o documento for oferecido antes de encerrada a instrução, a parte o argüirá de falso, em petição dirigida ao juiz da causa, expondo os motivos em que funda a sua pretensão e os meios com que provará o alegado.

b) É lícito às partes, somente até a prolação da sentença, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

c) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra, no prazo de 5 (cinco) dias.

d) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito.

22. Escolha a opção correta:

a) Antes da partilha, não poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.

b) Cessa a eficácia da medida cautelar: se a parte não intentar a ação no prazo de trinta dias, contados da data da intimação da efetivação da medida cautelar; se não for executada dentro de trinta dias, a contar da sua efetivação; e se o juiz declarar extinto o processo com ou sem julgamento do mérito.

c) O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o arresto de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.

d) Na execução de sentença, proferida em ação fundada em direito real, ou em direito pessoal sobre a coisa, é lícito ao devedor deduzir também embargos de retenção por benfeitorias, obrigando-se o devedor a especificar, sob pena de não serem recebidos: as benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias; o estado anterior e atual da coisa; o custo das benfeitorias e o seu valor atual; e a valorização da coisa, decorrente das benfeitorias.

23. Destaque a resposta certa:

a) A competência em razão do valor e do território poderá se modificar pela conexão (quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma ação, por ser mais amplo, abrange o da outra) ou continência (quando for comum o objeto ou a causa de pedir entre duas ou mais ações).

b) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.

c) A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção, sob pena de ser prorrogada.

d) Por se tratar de competência relativa, o foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

24. Escolha a assertiva errada:

a) Os atos dos juízes consistem em: sentença (o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, sempre decidindo o mérito da causa), decisão interlocutória (o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente) e despachos (todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma).

b) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa, e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

c) Pronunciada a decadência ou a prescrição, extingue-se o processo com julgamento do mérito.

d) Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, quando o autor desistir da ação, com o consentimento do réu, mas sem renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

25. Assinale a incorreta:

a) Incumbe às partes, no prazo que o juiz fixará ao designar a data da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e

o local de trabalho; omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até 15 (quinze) dias antes da audiência.

b) Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de provisão jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, remetendo os respectivos autos ao juízo da causa, onde serão apensados aos principais, cabendo agravo dessa decisão ao órgão colegiado competente.

c) No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

d) Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela.

26. Assinale a errada:

a) Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.

b) É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz, caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

c) O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o seqüestro quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, sem ficar com algum ou alguns, livres e desembargados, equivalentes às dívidas.

d) O arresto tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

27. A alternativa que se acha equivocada é:

a) Há litisconsórcio necessário quando, por imposição legal apenas, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da intimação de todos litisconsortes no processo.

b) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

c) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

d) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

28. Marque a correta:

a) Na execução, recebidos os embargos, o juiz mandará citar o credor para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando em seguida audiência de conciliação.

b) A extinção do processo de execução só produz efeito quando declarada por

sentença de mérito.

c) Há excesso de execução quando se processa de modo diferente do que foi determinado na sentença.

d) Declarada a insolvência, o devedor mantém o direito de administrar os seus bens e de dispor deles, até a liquidação total da massa.

29. Assinale a opção correta:

a) Exige a lei que as cópias das peças do processo, que escoltam a instrução do agravo de instrumento contra indeferimento do processamento de recurso especial e/ou extraordinário, sejam autenticadas em cartório, sob pena de não conhecimento do recurso no tribunal a que cada um se destina.

b) O ato de interposição de agravo de instrumento em desafio à decisão do presidente do tribunal de origem que indefere a subida de recurso especial e/ou extraordinário independe do pagamento de custas e despesas postais.

c) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

d) É inadmissível que, por entendimento solitário do relator, e ainda que o agravo contenha no seu instrumento os elementos necessários ao julgamento do mérito, seja ele convertido em recurso especial.

30. Defina a proposta que se apresenta com erro:

a) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

b) No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

c) Na execução provisória, a caução não será dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, por segurança jurídica, ainda que o exequente se encontre em estado de necessidade.

d) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

DIREITO PENAL/PROCESSUAL PENAL

Assinale a opção correta.

31. Alguns vocábulos ou grupos deles, constantes de certos tipos penais (v.g.) “indevidamente”, “para si ou para outrem”, “com intuito de” etc revelam especial situação psíquica do agente do crime; são chamados elementos subjetivos do tipo e:

a) Integram a culpabilidade e demonstram especial grau de dolo do agente;

b) Quando presentes conformam os chamados crimes de tipo fechado;

c) Também são chamados elementos subjetivos do injusto e integram mesmo o

segmento da antijuridicidade;

d) São meras condições objetivas de punibilidade.

32. Em sendo aplicada pena privativa de liberdade inferior a seis meses a réu primário e de bons antecedentes, o juiz

a) pode, facultativamente, substituir a pena pela de multa, se prevista como pena alternativa cominada ao crime;

b) só deve substituir a pena pela de multa se prevista como pena alternativa ao crime e constar de proposta pelo Ministério Público de aplicação imediata;;

c) só deve operar a substituição, se, além das condições constantes da letra anterior, concorrer o ofendido com sua aquiescência;

d) tem o poder - dever de substituir a pena privativa de liberdade pela de multa, ainda que não conste esta como pena alternativa ao crime descrito na parte especial do Código Penal.

33. O chamado aborto terapêutico praticado por médico:

a) não é fato penalmente típico;

b) é fato típico; não será antijurídico se precedida de autorização do juiz competente;

c) é fato típico e antijurídico; contudo, se precedida de autorização do órgão do Ministério Público não ensejará o oferecimento de denúncia, eis que inexistirá justa causa para tanto;

d) configura exemplo de discriminante putativa; o agente é isento de pena.

34. O ofensor em crime contra a liberdade sexual de natureza eminentemente privada, a exemplo do crime de sedução ou do de assédio sexual, pode se livrar da instauração de processo criminal:

a) obtendo , mediante pagamento de indenização, renúncia expressa e pessoal da ofendida ou de seu representante legal, conforme o caso, homologado o ato pelo juiz ou pelo órgão do Ministério Público;

b) obtendo da ofendida, ou de seu representante legal, a referida renúncia, que será sempre expressa , vedada a menção à contraprestação em dinheiro ou vantagem econômica;

c) desde que comprove a renúncia, ainda que por declaração firmada apenas por procurador com poderes especiais, podendo o termo mencionar ou não cláusula indenizatória dos danos causados pelo crime e forma de pagamento;

d) quando provar ele a renúncia, mesmo que tácita, ao exercício da queixa, desde que não atrelada a barganha indenizatória por ser esta ofensiva aos bons costumes.

35. O lapso de 24 horas tem significativo papel no Código de Processo Penal; quando trata de prisão processual do acusado:

a) é limite temporal para a autoridade proceder à prisão em flagrante do infrator; após cometer infração penal, é de boa técnica que o infrator se resguarde oculto para fugir ao flagrante;

() b) é limite temporal estabelecido para a autoridade, pena de abuso e arbítrio, informar ao acusado preso em flagrante, por escrito, o motivo de sua prisão, nome de condutor e de testemunhas ;

() c) é limite temporal estabelecido para a soltura do acusado preso, contado a partir da prisão, nos casos em que a lei lhe permita livrar-se solto;

() d) é limite estabelecido para a oitiva, pela autoridade policial, de acusado em liberdade (meramente detido para averiguação), sem prisão preventiva ou temporária decretadas e sem flagrante lavrado.

36. A certidão de nascimento submetida a incidente de falsidade em processo penal a que serviria de prova, após decisão irrecorrível do incidente::

- a) se declarada falsa, não poderá ser usada como prova em ulterior processo civil(investigação de paternidade, por ex.) , em respeito à coisa julgada;
- b) qualquer que seja a decisão (declarada falsa ou idônea) poderá ser usada em ulterior processo civil ou penal;
- c) somente se declarada idônea, poderá ser usada em ulterior processo judicial e aí, em respeito à coisa julgada, não poderá ser contestada ou argüida de falsidade;
- d) qualquer que seja a decisão, só fará coisa julgada em prejuízo de processos ou procedimentos civis ou penais consecutórios daquele onde operou-se a decisão em causa.

37. O juiz, em curso de processo movido contra A, verificando que B sofre coação ilegal por parte da autoridade policial (vedado a prestar cabível fiança, por ex.) tem a faculdade legal de

- a) mandar cópias ao Ministério Público, dominus litis, para providenciar a soltura do coagido ou ratificar sua detenção;
- b) mandar cópias dos atos à defensoria pública ou a órgão semelhante da OAB , ou designar advogado ad hoc para providenciar o relaxamento da prisão ilegal;
- c) impetrar habeas corpus em favor do coagido junto ao Tribunal de Justiça;
- d) dentro dos limites de sua jurisdição, passará de ofício e imediatamente ordem de habeas corpus em favor do coagido.

38. Pela lei brasileira, cidadão estrangeiro que, em curso de viagem ao Brasil e a bordo de aeronave comercial de bandeira brasileira, quando a nave sobrevoa alto-mar, esmurra cidadão brasileiro, causando-lhe lesões corporais:

- a) será submetido a procedimento penal cabível perante a justiça federal no foro do lugar onde a aeronave primeiro tocar o solo nacional;;
- b) só seria submetido a procedimento judicial no Brasil, se o fato houvesse ocorrido em espaço aéreo nacional;
- c) somente órgão judicial de seu país terá competência para apreciar o fato, dado o princípio da personalidade (a lei penal do estado é aplicável a seus cidadãos onde quer que se encontrem);
- d) somente a justiça do país de onde partiu a aeronave terá competência para julgar o fato, por fictícia extensão daquele território, segundo o reconhece a lei brasileira ..

39. Os conceitos abrangidos pelos vocábulos “ mulher honesta”, “dignidade”, “ decoro”, constantes de alguns tipos penais, dizem com :

- a) a materialidade da infração; trata-se de elementos objetivos do tipo;
- b) especial conduta do sujeito passivo do crime, daí integrarem os crimes de mera conduta;
- c) condições que indicam especial aumento de pena;
- d) conceitos que se vinculam ao tipo apenas normativamente; são os elementos

normativos do tipo.

40. A entrada em território nacional de brasileiro que comete crime no exterior, a representação em crimes cuja persecução dela dependem são exemplos de:

- a) escusas absolutórias; e levam à absolvição do réu em decisão de mérito
- b) condições de procedibilidade; se ausentes, o processo não se instaura validamente e pode ser extinto na fase preambular, sem julgamento de mérito;;
- c) são tratadas expressamente no CPP como causas de perempção da ação penal;
- d) causas de litispendência, pois a lide pende de complementação para ser válida.

41. Praticado um fato em legítima defesa:

- a) o fato é legalmente justificado, daí não ser penalmente típico;
- b) o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo; por isso é justificado e não punível;
- c) o fato é penalmente típico;
- d) constitui causa supra legal de exclusão da antijuridicidade.

42. O assistente do Ministério Público:

- a) tem de ser advogado devidamente inscrito nos quadros da OAB e é, de regra, nomeado pelo juiz para suprir falta de promotor em comarcas carentes de órgãos do MP;
- b) é o advogado incumbido de promover a ação penal por crime de ação privada conexo com o de ação pública, em litisconsórcio com o MP, de que é exemplo o concurso do estupro sem violência real e o homicídio;
- c) é geralmente indicado pelo MP, não podendo o juiz sobrepor outro nome, salvo se justificar dentro da lei;
- d) é figura processual personificada pelo ofendido ou por seu representante legal ou por pessoas outras vinculadas ao ofendido por graus de parentesco.

43. É efeito da revelia:

- a) ser o réu processado e julgado sem defensor;
- b) a suspensão do prazo prescricional da pena cominada ao crime ;
- c) ser preso por desobediência às ordens judiciais;
- d) ser considerado confesso quanto aos fatos contra ele articulados.

44. Recusando-se o morador a entregar à autoridade pessoa autora de crime de roubo e que ocultou-se em sua casa e sobre quem pende regular diligência policial de captura, auxiliando o infrator a subtrair-se à ação da autoridade pública:

- a) exerce o morador seu regular direito constitucional de privacidade e asilo, não cometendo fato penalmente típico;
- b) ensejará diligência de arrombamento de portas, que poderá ser cumprida mesmo à noite;
- c) comete favorecimento pessoal;
- d) a lei não o favorece nem o repreende expressamente; cabe, em sua defesa, a invocação de inexigibilidade de conduta diversa..

45. Quem rasura testamento particular, alterando-lhe indevidamente o conteúdo, pratica o crime de :

- a) falsificação de documento público;
- b) falsificação de documento particular;
- c) estelionato qualificado;
- d) apropriação de tesouro, em forma tentada.

46) Em havendo rapto consensual de mulher maior de 14 e menor de 18 anos e, em seguida, prática de ato de libidinagem consentida, promovida contra ela pelo agente do rapto:

- a) o rapto, crime-meio, é absorvido pelo de corrupção de menores, mais grave;
- b) há mera continuidade delitiva, pelo que se aplica a pena do crime mais grave aumentada de um sexto a dois terços;
- c) há concurso material; as penas dos crimes são aplicadas cumulativamente;
- d) aplica-se a regra do concurso formal para beneficiar o agente, por razão de política criminal.

47. Em ocorrendo a hipótese descrita no número anterior, operar-se-á a extinção da punibilidade com extinção do processo:

- a) pela inércia da ofendida em requerer o prosseguimento do feito, após seu casamento com terceiro, observado prazo previsto na lei para o requerimento, a contar da celebração;
- b) pelo casamento da ofendida com o acusado, desde que o ato seja clausulado com o regime da comunhão de bens;
- c) pelo recolhimento da ofendida à clausura religiosa, fato interpretado como concessão de perdão;
- d) pela morte da ofendida.

48. Impetrado hábeas corpus em caso onde o mandado de segurança seria apropriado (ex: para obter o impetrante documento que lhe permita o ir e vir - identidade, passaporte etc)

- a) o órgão julgador conhecerá da impetração a título de mandado de segurança, dada a regra expressa da fungibilidade dos “ writs”;
- b) a lei é expressa no sentido de poder o habeas corpus ser emendado e transformado em mandado de segurança, em homenagem à economia processual;
- c) o enunciado da questão está errado, pois, se em jogo o direito de ir e vir, ainda que mediatamente, cabe mesmo habeas corpus ;
- d) a impetração constitui mesmo erro grosseiro e indica indeferimento.

49. Manda a Constituição da República que os atos judiciais sejam fundamentados. Por isso

- a) a manutenção de prisão preventiva em sentença de pronúncia exige fundamentação autônoma no corpo do dito ato;
- b) pode o juiz apenas recomendar o réu na prisão em que se achar, reportando-se aos fundamentos da custódia cautelar;
- c) a discussão é despicienda ; a prisão é conseqüência natural da pronúncia, caso contrário o júri corre perigo de não realização, dada a ausência do réu
- d) sim, exige-se a fundamentação; inexistente, no entanto, ilegalidade insanável, porquanto o juiz pode emendar o ato a qualquer tempo .

50. A expressão “ cruz suástica” consta de tipo penal de crime :

- a) contra a paz pública;
- b) contra o sentimento religioso;
- c) contra a segurança nacional;
- d) resultante de preconceitos de raça ou de cor.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

51. Qual a Constituição Federal que instituiu a Justiça do Trabalho com poder jurisdicional, integrante do Poder Judiciário?

- a) Constituição Federal de 1934.

- b Constituição Federal de 1946.
- c Constituição Federal de 1967.
- d Constituição Federal de 1988.

52. O Supremo Tribunal Federal, ao interpretar o artigo 114 da Constituição Federal, cujo caput dispõe no sentido de que: “Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas”, entendeu que:

- a A Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar as demandas movidas por servidores públicos federais em face da administração pública federal independente do regime jurídico a que estejam submetidos tais servidores.
- b A Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar as demandas movidas por servidores públicos federais em face da administração pública federal somente no caso de servidores regidos pelo Regime Jurídico Único instituído pela Lei nº 8.112/90.
- c A Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar as demandas movidas por servidores públicos federais em face da administração pública federal somente na hipótese de servidores que tenham vínculo jurídico regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- d A Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar as demandas movidas por servidores públicos federais em face da administração pública federal independente do regime jurídico a que estejam submetidos tais servidores.

53. O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, além do Distrito Federal, permanece com jurisdição em relação a qual Estado da Federação brasileira?

- a Goiás
- b Mato Grosso
- c Mato Grosso do Sul
- d Tocantins

54. Em relação ao trabalhador urbano, considera-se noturno o trabalho:

- a Das 18:00 horas até às 06:00 horas da manhã do dia seguinte.
- b Das 20:00 horas até às 05:00 horas da manhã do dia seguinte.
- c Das 22:00 horas até às 05:00 horas da manhã do dia seguinte.
- d Das 22:00 horas até às 06:00 horas da manhã do dia seguinte.

55. As anotações apostas pelo empregador na carteira de trabalho do empregado:

- a geram presunção juris tantum, isto é, admite prova em contrário, em relação a qualquer empregado.
- b geram presunção juris tantum, isto é, admite prova em contrário, somente em relação ao empregado menor.

- c geram presunção juris et de jure, isto é, não admite prova em contrário, em relação a qualquer empregado.
- d geram presunção juris et de jure, isto é, não admite prova em contrário, salvo em relação ao empregado maior, desde que alfabetizado.

56. Qual o efeito da concessão do auxílio-doença em relação ao contrato de trabalho?

- a O contrato de trabalho é interrompido com a concessão do auxílio-doença pela Previdência Social, permanecendo o empregador com a obrigação de pagar salário ao empregado mesmo após o décimo quinto dia de seu afastamento do serviço.
- b O contrato de trabalho é interrompido com a concessão do auxílio-doença pela Previdência Social, restando ao empregador apenas a obrigação de complementar o valor do benefício previdenciário até o limite da última remuneração anterior ao afastamento do empregado.
- c O contrato de trabalho fica suspenso após o décimo quinto dia de afastamento do empregado, não havendo, a partir de então, obrigação do empregador de pagar salário e nem do empregado de trabalhar, embora seja mantido o vínculo jurídico entre as partes.
- d O contrato de trabalho, embora suspenso, dá direito ao empregado de receber do empregador a complementação do benefício previdenciário de forma a garantir-lhe o mesmo ganho como se estivesse trabalhando.

57. O prazo para que o empregador requeira a instauração de Inquérito para Apuração de Falta Grave contra empregado estável é:

- a de 1 (um) ano, contado a partir do conhecimento da falta.
- b de 30 (trinta) dias, contados a partir da suspensão do empregado.
- c de 10 (dez) dias, contados a partir do conhecimento da falta.
- d Inexistente qualquer prazo, pois com o advento da Lei do FGTS deixou de haver empregado estável.

58. Um empregado que tenha sido admitido para trabalhar em regime de tempo parcial, cumprindo carga horária semanal de 25 (vinte e cinco) horas de duração, tendo faltado injustificadamente ao trabalho 5 (cinco) vezes durante o período aquisitivo de férias titularizará, em relação a tal período aquisitivo, direito a:

- a 18 (dezoito) dias de férias.
- b 16 (dezesesseis) dias de férias.
- c 9 (nove) dias de férias.
- d 8 dias de férias.

59. Qual o limite máximo da jornada de trabalho do empregado doméstico?

- a 8 (oito) horas por dia e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- b Não há limite diário, mas apenas a carga horária máxima de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- c Não há limite diário, mas apenas o direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d 10 (dez) horas por dia, sem limite de carga horária semanal, desde que seja assegurado o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

60. Entre 02 (duas) jornadas de trabalho tem que haver um período mínimo de quantas horas?

- a 12 (doze) horas.
- b 24 (vinte e quatro) horas.
- c 36 (trinta e seis) horas.
- d Nenhuma das alternativas anteriores.

61. Assinale a alternativa errada:

- a A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.
- b São vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- c Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato.
- d É obrigatória a participação dos sindicatos, tanto de representação da categoria profissional quanto de representação da categoria econômica, nas negociações coletivas de trabalho que visem a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho ou de Convenção Coletiva de Trabalho.

61. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato de trabalho deverá avisar a outra da sua resolução com antecedência mínima de:
- a 15 (quinze) dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior, e de 30 (trinta) dias nos demais casos.
 - b 30 (trinta) dias, podendo ser fixado por lei limite superior proporcional ao tempo de serviço.
 - c 30 (trinta) dias em relação ao empregado do sexo masculino e 45 (quarenta e cinco) dias em relação ao feminino.
 - d 90 (noventa) dias em relação ao empregado com mais de 50 (cinquenta) anos de idade.
61. O prazo máximo de vigência dos Acordos Coletivos de Trabalho ou das Convenções Coletivas de Trabalho é de:
- a 1 (um) ano.
 - b 2 (dois) anos.
 - c 3 (três) anos.
 - d 4 (quatro) anos.
61. Na Justiça do Trabalho as Reclamações Trabalhistas são processadas no Rito Sumaríssimo, cujos pedidos têm que ser apresentados de forma líquida, quando o valor atribuído à causa for de até:
- a 20 (vinte) salários mínimos.
 - b 40 (quarenta) salários mínimos.
 - c 60 (sessenta) salários mínimos.
 - d 100 (cem) salários mínimos.
61. Havendo comissão de conciliação prévia devidamente instituída e em funcionamento:
- a O ajuizamento de Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho depende de comprovação de que o trabalhador apresentou anteriormente demanda perante a comissão de conciliação prévia, não tendo sido possível a conciliação das partes.
 - b O ajuizamento de Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho pode ser efetuado diretamente sem que tenha havido anteriormente a apresentação de demanda perante a comissão de conciliação prévia.
 - c É facultado ao empregado escolher entre o ajuizamento de Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho ou de demanda trabalhista perante a comissão de conciliação prévia, podendo, inclusive, tomar as duas providências ao mesmo tempo.
 - d Nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

66. Indique a alternativa correta. Servidor público fundacional, no exercício de mandato eletivo, ficará afastado do seu cargo,

- a) se deputado distrital, contando-se o tempo do mandato para efeito de promoção por merecimento.
- b) se deputado federal, com direito de opção pela remuneração do cargo.
- c) se prefeito, com direito de opção pela remuneração do cargo.
- d) se senador, com direito de opção pela remuneração do cargo.

67. Uma alternativa está incorreta. Anote-a.

- a) São acumuláveis um cargo de médico e outro de professor.
- b) A autorização de criação de subsidiária de sociedade de economia mista depende de previsão legislativa.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange as subsidiárias de sociedade de economia mista.
- d) A autorização de criação de autarquia deve estar prevista em lei.

68. Aponte a alternativa incorreta.

- a) A ocupação temporária de bem do particular pela administração pública pode ser gratuita ou remunerada.
- b) A requisição administrativa não pode recair sobre imóvel.
- c) O instituto do tombamento tem raiz constitucional.
- d) É da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a proteção dos sítios arqueológicos.

69. Não é incorreto afirmar, exceto:

- a) A servidão administrativa é um direito real de gozo, cujo o titular é o poder público ou um de seus delegados.
- b) Cabe indenização por servidão administrativa decorrente de decisão judicial, incidindo sobre imóvel determinado.
- c) Os potenciais de energia hidráulica pertencem à União.
- d) O direito brasileiro não acolhe a figura da servidão militar.

70. Registre a alternativa incorreta.

- a) Os conceitos de “fato da administração” e de “fato do príncipe” confundem-se.
- b) O contrato administrativo pode ser rescindido amigavelmente.
- c) O reajuste de preços do contrato administrativo não decorre da teoria da imprevisão.
- d) O contrato administrativo pode ser rescindido unilateralmente pela administração.

71. Marque a alternativa incorreta. São águas públicas

- a) Os lagos navegáveis ou fluviáveis.
- b) Os reservatórios públicos.
- c) Os mares territoriais, exceto as baías e enseadas.
- d) Os canais navegáveis.

72. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Há hipóteses em que se admite contrato administrativo verbal.
- b) A inexecução parcial do contrato não dá ensejo à sua rescisão, mas à aplicação de multa.
- c) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, nos acréscimos que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- d) O prazo do contrato para prestação de serviços a serem executados de forma continuada pode, em algumas hipóteses, alcançar 72 meses, mediante prorrogação.

73. Destaque a alternativa incorreta.

- a) A desapropriação pode ser efetuada, além de outros fundamentos, por interesse social.
- b) A desapropriação é forma derivada de aquisição da propriedade.
- c) Aeroportos clandestinos utilizados para tráfico de drogas não dão ensejo à expropriação de que trata o artigo 243 da Constituição.
- d) Na hipótese de desapropriação, os lucros cessantes devem ser incluídos no pagamento.

74. No tocante à Ação Civil Pública, mencione a alternativa incorreta.

- a) A lei autoriza a propositura de ação civil pública destinada à proteção de

interesses coletivos de pessoas portadoras de deficiência.

() b) Não cabe ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, pois falta ao Ministério Público legitimidade para o caso.

() c) Cabe ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho.

() d) A ação civil pública pode ter por objeto condenação em dinheiro.

75. Uma alternativa está incorreta. Indique-a.

() a) Para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

() b) Integram a dívida pública consolidada as operações de créditos de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

- c) A sociedade controlada do Distrito Federal submete-se à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) O Governo do Distrito Federal manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

76. De acordo com o Código Tributário Nacional, os tratados e convenções internacionais:

- a) Revogam a legislação tributária interna e serão observados pela legislação posterior, situando-se, portanto, em plano superior ao da legislação ordinária.
- b) Revogam a legislação tributária interna, mas podem ser revogadas por leis ordinárias posteriores, pois se situam no mesmo plano da Lei Ordinária.
- c) Não revogam a legislação tributária interna, havendo, assim, necessidade de lei ordinária para adaptar a estas a legislação interna.
- d) Prevalecem sobre a legislação tributária interna anterior, mas não sobre a posterior.

77. Consoante o Art. 111 do CTN, a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção deve ser interpretada:

- a) Sistemáticamente.
- b) Extensivamente.
- c) Literalmente.
- d) Historicamente.

78. As taxas podem ter como fato gerador:

- a) Uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa aos contribuintes.
- b) Uma conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- c) A utilização efetiva ou potencial de serviço específico e divisível, prestado ao contribuinte oposto à sua disposição.
- d) Situação de calamidade pública, que exija reforço suplementar de recursos tributários.

79. A valorização imobiliária decorrente de obra pública é fato gerador de:

- a) Taxa imobiliária.
- b) Contribuição especial.
- c) Contribuição de melhoria.
- d) Contribuição parafiscal.

80. Podem ter suas alíquotas alteradas por ato do executivo, vigorando aumento de imediato, sem obedecer o princípio da anterioridade:

- a) O imposto de importação, o de exportação, o IPI e o ICMS.

- b) O imposto de renda, o imposto de importação, o de exportação, o IPI e o IOF.
- c) Os empréstimos compulsórios para investimentos relevantes, o imposto extraordinário de guerra, o IPI e o ICMS.
- d) O imposto sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras, o imposto de importação e o de exportação.

81. Entre as modalidades de extinção do crédito tributário, no CTN, encontramos:

- a) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- b) O depósito de seu montante integral.
- c) A moratória e a concessão de medida liminar em mandato de segurança.
- d) A compensação e a transação.

82. Assinale a única alternativa correta:

- a) Os templos de qualquer culto tem imunidade de taxas.
- b) As fundações mantidas pelos partidos políticos tem imunidade de impostos.
- c) O edifício sede de uma entidade sindical de trabalhadores é imune a contribuição de melhoria.
- d) O papel com que a editora Saraiva empacota cinco livros a serem entregues a um cliente, é imune a impostos.

83. Para a definição de tributo, fato gerador, base de cálculo e de contribuinte, no atual Sistema Tributário Nacional, é necessário ter-se:

- a) Lei complementar.
- b) Decreto legislativo.
- c) Lei delegada.
- d) Resolução do Senado Federal.

84. É elemento essencial da definição de tributo como estabelecido como no Código Tributário Nacional:

- a) Ser sanção de ato ilícito.
- b) Constituir a sua atividade administrativa plenamente discricionária.
- c) Está submetida à reserva legal.
- d) Constituir prestação pecuniária alternativa.

85. Sob o ponto de vista da capacidade tributária passiva, o menor de 16 anos:

- a) É relativamente incapaz.
- b) É absolutamente incapaz.
- c) É capaz.
- d) A sua capacidade tributária dependerá de estar representada por tutor, por curador ou pais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

86. Competente para processar e julgar *habeas corpus* impetrado em favor de depositário infiel, cuja prisão civil foi decretada por Juiz do Trabalho de primeiro grau de jurisdição, em execução trabalhista, é o:

- a) Tribunal Regional do Trabalho;
- b) Tribunal Regional Federal;
- c) Superior Tribunal de Justiça;
- d) Tribunal de Justiça do Estado.

87. Para propor ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, este exige pertinência do tema da norma, tida como inconstitucional, com a finalidade do autor ou da autora da ação, quando este ou esta é:

- a partido político;
- b Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- c entidade de classe de âmbito nacional;
- d federação sindical.

88. Tratando-se de propriedade de empresa jornalística e de rádio e televisão, é constitucionalmente correto afirmar que:

- a ela é privativa de brasileiros natos ou de brasileiros naturalizados, após cinco anos da naturalização
- b somente pessoa física pode ser proprietária;
- c é privativa de brasileiros natos ou de brasileiros naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas com sede no Brasil ou no estrangeiro.
- d Nenhuma das respostas anteriores está correta.

89. O número de conselheiros que integram o Tribunal de Contas de Estado-membro é de:

- a sete;
- b nove;
- c onze;
- d treze.

89. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas:

- a está compreendido no Ministério Público da União, quando se trata do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;
- b está compreendido no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, quando se trata do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- c tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, quando se trata de Tribunal de Contas de Estado-membro;
- d é distinto do Ministério Público da União e dos Estados.

89. Segundo o texto permanente da Constituição Federal, juiz federal, para ser promovido a juiz de Tribunal Regional Federal, há de ter, como tempo de exercício, mais de:

- a três anos;
- b cinco anos;
- c sete anos;
- d dez anos.

89. Deputado ou senador:

- a é inviolável, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos;
- b é inviolável, apenas penalmente, por suas opiniões, palavras e votos;
- c é submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, desde que proclamado eleito, embora não diplomado;
- d preso em flagrante, por crime inafiançável, só pode ser posto em liberdade por decisão

do Supremo Tribunal Federal.

89. Não é monopólio da União:

- a o transporte marítimo de petróleo bruto de origem estrangeira;
- b o comércio de minerais nucleares;
- c o transporte, por meio de conduto, de gás natural;
- d a importação de petróleo.

89. O Tribunal Superior Eleitoral compõe-se de:

- a nove membros, sendo um oriundo do Ministério Público Federal;
- b sete membros, sendo três advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal;
- c de nove membros, sendo três juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;
- d de sete membros, sendo três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

89. Fora das atribuições institucionais, não é vedado o exercício da advocacia aos:

- a procuradores do Distrito Federal;
- b defensores públicos do Distrito Federal;
- c promotores de Justiça;
- d procuradores da República, admitidos após 05 de outubro de 1988.

89. É condição de elegibilidade:

- a ter menos de oitenta anos;
- b a idade mínima de dezoito anos para ser prefeito;
- c a idade mínima de trinta anos para analfabeto se eleger Governador de Estado;
- d a idade mínima de vinte e um anos para o estrangeiro, naturalizado brasileiro, ser deputado federal.

89. O tempo ininterrupto de residência, no Brasil, constitucionalmente exigido para que um natural de Moçambique possa se naturalizar brasileiro, é de:

- a seis meses;
- b um ano;
- c cinco anos;
- d dez anos.

89. Depende de lei complementar:

- a normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados;
- b casos de inelegibilidade;
- c a alteração do processo eleitoral;
- d as condições de elegibilidade.

89. Brasileiro naturalizado não pode ser:

- a almirante;
- b coronel da Polícia Militar;

- c juiz federal;
- d Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

89. Segundo literal disposição constitucional federal vigente, a base da sociedade brasileira é:

- a o cidadão;
- b a família;
- c o município;
- d a ética.

Gabarito do II Exame de Ordem de 2002

01:C	02:B	03:A	04:D	05:D
06:C	07:B	08:A	09:A	10:B

11:C	12:A	13:C	14:B	15:A
16:B	17:A	18:A	19:B	20:C
21:D	22:D	23:B	24:A	25:A
26:C	27:A	28:C	29:B	30:C
31:C	32:D	33:A	34:C	25:B
36:B	37:D	38:A	39:D	40:B
41:C	42:D	43:B	44:C	45:A
46:C	47:A	48:D	49:B	50:D
51:B	52:C	53:D	54:C	55:A
56:C	57:B	58:A	59:C	60:D
61:D	62:B	63:B	64:B	65:A
66:C	67:D	68:B	69:D	70:A
71:C	72:B	73:B	74:B	75:A
76:A	77:C	78:C	79:C	80:D
81:D	82:B	83:A	84:C	85:C
86:B	87:C	88:D	89:A	90:D
91:B	92:A	93:A	94:D	95:A
96:D	97:B	98:B	99:A	100:B